

R&C22

RELATÓRIO E CONTAS 2022



GABRIEL COUTO

ÍNDICE

01

RELATÓRIO DE GESTÃO

- 1.1 Enquadramento Macroeconómico e Setorial
- 1.2 O Desempenho da Empresa em 2022
- 1.3 Perspetivas para o Ano 2023
- 1.4 Outras Informações Relevantes
- 1.5 Agradecimentos
- 1.6 Proposta de Aplicação de Resultados

02

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

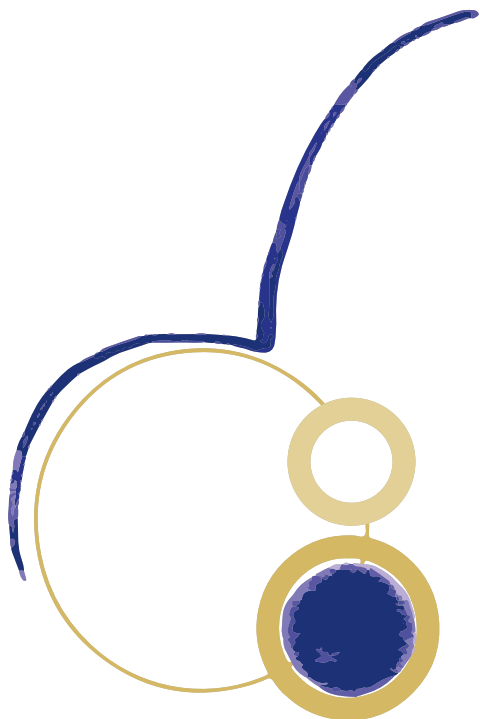
- 3.1 Demonstrações Financeiras
 - 3.1.1 Balanço
 - 3.1.2 Demonstração dos Resultados
 - 3.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - 3.1.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- 3.2 Anexo

04

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- 4.1 Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 4.2 Certificação Legal de Contas

PORTFÓLIO



MENSAGEM

Espera-se que durante o ano de 2023 o sector de obras públicas tenha um incremento da atividade muito importante, em particular na parte da Ferrovia e na incrementação do projeto, no âmbito do PRR, destinado à construção de habitação para renda acessível.

Não podemos deixar de olhar para este objetivo com alguma preocupação; a falta de mão de obra e, em particular, de mão de obra de qualidade, vai ser um claro obstáculo.

Na Gabriel Couto temos vindo a torner essa falta de resposta do mercado laboral, incrementando a formação interna, seja de colaboradores, seja de candidatos. De igual forma, temos trazido para Portugal, colaboradores novos de outras geografias onde estamos ou estivemos, como de Cabo Verde, Honduras, Moçambique e Angola e que aí se distinguiram pela sua qualidade profissional.

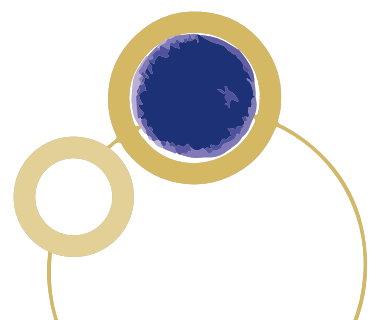
Por outro lado, incrementando processos que permitam um melhor planeamento de tarefas, procurando reduzir tempos de execução dos mesmos. Realce-se, neste caso, o estender da tecnologia BIM já em grande parte dos novos projetos. Temos vindo, de igual forma, a trabalhar com a indústria de pré-fabricação e modelação para encontrar soluções que permitam, através da construção off-site, ritmos de execução mais rápidos. Saliente-se, neste caso, como o mais significativo, mas não o único, a utilização de cerca de 1000 unidades pré-fabricadas para casas de banho (WC) que utilizamos em duas residências universitárias, com cerca de 1000 quartos para o Grupo UHUB, um no Porto e outro em Lisboa.

São soluções mitigadoras para a falta de mão de obra, mas não são seguramente a solução milagrosa que o sector precisa. Antes de mais, o sector precisa de ter uma capacidade de atração da juventude, desfazendo a fama de um sector malquerido, uma fama claramente injusta nos dias de hoje. Somos já seguramente um dos sectores onde as remunerações são das melhores que a economia remunera, os estaleiros de hoje estão a uma distância enorme do passado, em termos de segurança, salubridade e higiene. E a capacidade criativa e de crescimento profissional, todos os dias é desenvolvida, cada projeto é sempre diferente.

Este é o maior desafio que o sector atravessa. E estou seguro de que o haverá de rapidamente ultrapassar, conseguindo atrair cada vez mais jovens para as diferentes e distintas profissões que o sector possui.

Por último, não queremos deixar de manifestar o nosso apreço a todos os nossos colaboradores que deixam todos os dias a marca da Gabriel Couto nos projetos que desenvolvemos.

De igual forma, endereçamos os nossos agradecimentos a todas as entidades — clientes, fornecedores e entidades financeiras — pela confiança que depositam na nossa capacidade de criar valor para todos.



01

RELATÓRIO DE GESTÃO

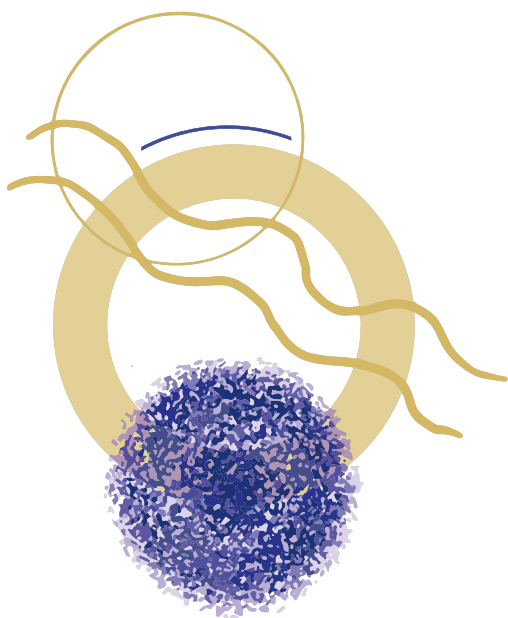
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Gestão e Contas, que refletem a atividade económica e financeira da nossa sociedade durante o exercício de 2022.

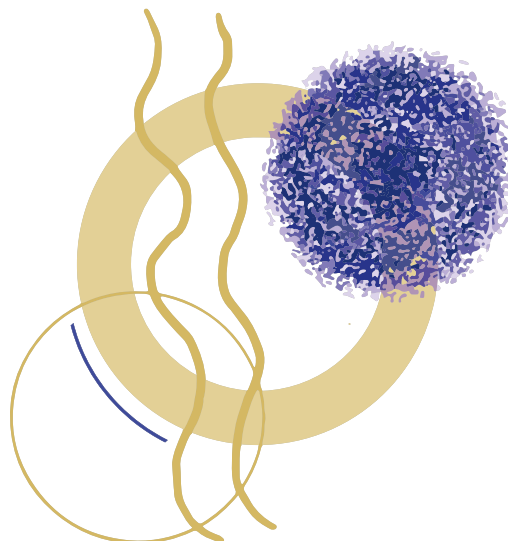
1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

O ano de 2022 ficou marcado pelo impacto da guerra da Ucrânia que conduziu a um agravamento do processo inflacionista. A economia mundial apresentou uma redução do seu crescimento +3,1% em contraste com o forte aumento no ano anterior que foi de +6,0%. Esta tendência de crescimento foi comum às economias desenvolvidas (+2,6%) e às economias emergentes e em desenvolvimento (+3,5%) com destaque para o crescimento da China (+3,0%), Índia (+7,3%) e da Turquia (+5,6%).

Em Portugal assistiu-se, em 2022, a um forte crescimento do PIB (+6,7%) bastante superior ao verificado na Zona Euro (+3,5%). Para esta evolução muito contribuiu o forte aumento das exportações (16,7%) e do consumo das famílias (+5,7%).

Quanto ao setor da Construção, o ano de 2022 foi marcado por mais um ano de crescimento, na produção (+3,4%), no consumo de cimento (+1,5%) e do emprego (+3,5%). O principal motor de crescimento em 2022 foi, mais uma vez, a engenharia civil (+4,5%) e os edifícios residenciais (+3,7%), verificando-se um aumento mais reduzido nos edifícios não residenciais (+1,0%).





1.2 O DESEMPENHO DA EMPRESA EM 2022

A empresa registou em 2022 um valor de vendas e prestação de serviços de 104,2 M€, das quais 22,5 M€ no mercado externo (21,5% do total).

valores em milhões de euros

Volume de Negócios	2022
Nacional	81,6
Exportação (Sucursais)	22,5
Moçambique	2,9
Zâmbia	1,4
Ghana	17,0
Honduras	0,7
El Salvador	0,6
Total	104,2

Apesar dos impactos causados pela guerra da Ucrânia, as vendas e prestação de serviços em 2022 aumentaram ligeiramente face ao ano anterior. A principal variação face ao ano anterior verificou-se ao nível do mercado internacional, com o arranque da obra do Ghana no segundo semestre.

Em Portugal assistimos a um reforço do investimento público, onde se destaca as obras da Infraestruturas de Portugal, a Câmara de Lisboa (Bairro da Boavista). Dos investimentos privados realçamos, a unidade residencial da Quinta do Pinheiro (Porto), residência de estudante da UHUB (Lisboa), as unidades hoteleiras, Hotel Moov (Lisboa), Quinta da Ombria (Loulé) e Hotel Paris (Grupo Sana) e as obras de reabilitação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

No mercado externo, tem sido atribuída especial atenção à necessidade na diversificação de mercados. Esta estratégia teve como resultado a adjudicação em 2021, de uma obra de infraestrutura de estradas no Ghana (95M€), permitindo assim, minimizar a suspensão de toda a atividade no projeto de gás natural no norte de Moçambique (LNG – Área 1) para a Total.

RECURSOS HUMANOS

O quadro de trabalhadores no final de 2022 era de 397 em Portugal, 29 em Moçambique, 52 na Zâmbia, 5 nas Honduras, 1 em El Salvador e 213 no Ghana, num total de 697.

É preocupação da empresa que a todos eles sejam facultadas ações de formação, reforçando e dotando-os de novas competências, com o objetivo de melhorar continuamente o desempenho e a qualidade do trabalho prestado.

POLÍTICAS DE QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE

A empresa possui políticas de Qualidade, Segurança e Ambiente perfeitamente definidas e certificadas pela APCER.

Esta é uma inequívoca vontade e orientação da administração da empresa, ciente da sua importância como instrumento do sucesso da nossa organização.

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de carácter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 262 841 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

BREVE ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Verificou-se no ano de 2022 um ligeiro aumento do volume de vendas e prestação de serviços para 104,2 M€ e um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos de 7,7 M€.

(valores em M€)

	2020 (Anual)	2021 (Anual)	2022 (Anual)
Receita (Volume Negócios)	102,9	103,8	104,2
MEP* e Imparidades	0,0	-0,1	0,4
Res. antes de deprec., gastos financiamento e impostos	7,7	9,1	7,7
Resultados Financeiros	-2,9	-4,0	-3,4
Resultado Líquido	1,1	0,4	0,2

*MEP: método de equivalência patrimonial

SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

A empresa mantém com o Estado e a Segurança Social a situação perfeitamente regularizada.

1.3 PERSPETIVAS PARA O ANO 2023

A manutenção da instabilidade geopolítica na Europa associado a um vigoroso processo inflacionista, veio condicionar o processo de retoma económica. As previsões para o crescimento do PIB têm vindo a ser revistas com regularidade, prevendo-se um crescimento da economia mundial em 2023 (+2,7%), sendo menor nas economias desenvolvidas (+1,0%) e mais acelerado nas economias em desenvolvimento e emergentes (+3,9%), principalmente devido ao facto de se prever um forte crescimento para a economia Indiana (+6,0%) e Chinesa (+5,2%).

Para Portugal, as perspetivas de crescimento para 2023 (+1,0%) são mais elevadas do que a prevista para a zona Euro (+0,5%).

No que respeita ao setor da construção o ano de 2023 reveste-se de especial incerteza quanto ao impacto da espiral inflacionista nos preços, e por consequência nas decisões de investimento. Para 2023 as associações do setor perspetivam para o setor da construção em Portugal um crescimento (+2,4% ~ +4,4%), em linha com o que se verificou em 2022.

A perspetiva da empresa para o futuro próximo, em especial para o ano de 2023, assenta na sua carteira de encomendas.

A carteira ascende a cerca de 249,4 milhões de euros com uma implementação em dois continentes, como resultado de uma estratégia de diversificação dos mercados de internacionalização.

Carteira de Obras	valores em M€
	2022
Nacional	87,9
Exportação	161,5
Moçambique	34,5
Zâmbia	0,3
Ghana	126,7
Total	249,4

As vias e infraestruturas são a principal atividade com 188,2 milhões de euros, enquanto a atividade de construção civil atinge cerca de 61,2 milhões de euros.

Importantes obras foram-nos adjudicadas em Portugal e terão um impacto relevante durante o ano de 2023 as obras: Câmara Municipal de Faro (Conj. Habit. Montenegro), Lactogal, Inspired Orbit (Quinta do Loureiro), Endutex (Hotel Matosinhos), Grupo TAGA (Setúbal), Ascendi. A nível internacional, é de realçar o mercado do Ghana, obras de infraestruturas rodoviárias.

1.4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A empresa não dispõe de quaisquer sucursais no território nacional. No estrangeiro a empresa tem as seguintes sucursais:

- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Zâmbia
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Cabo Verde
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Suazilândia
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Moçambique
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Honduras
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Nicarágua
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em El Salvador
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Ghana

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. A entidade é detentora de ações próprias, no montante de 500.000,00€.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

1.5 AGRADECIMENTOS

A todos os Colaboradores da empresa, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras que conosco têm colaborado, agradecemos o seu esforço e colaboração, pois estamos certos que sem o seu concurso as dificuldades seriam maiores e o desempenho de menor qualidade.

Aos restantes Órgãos Sociais, e em especial ao Fiscal Único, o Revisor Oficial de Contas, os nossos agradecimentos por todo o empenho dispensado à empresa, o que muito nos apraz registrar.

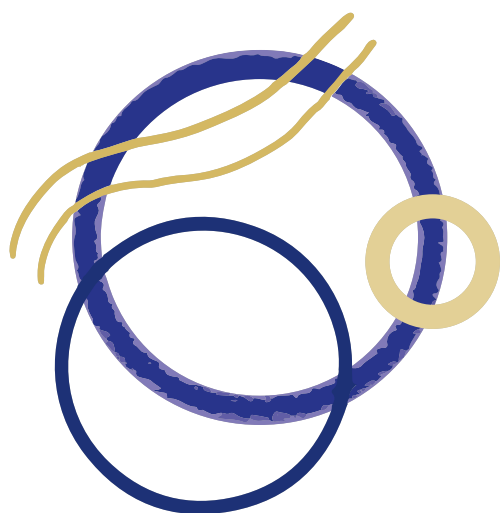
1.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, propõe-se que o resultado líquido de 2022, no valor de + 224 192,64 Euros seja aplicado em Resultados Transitados.

Tal como tem sido política da empresa, não se procederá à distribuição de dividendos aos acionistas a fim de consolidar os Capitais Próprios da empresa.

Vila Nova de Famalicão, 15 de Junho de 2023

O Conselho de Administração,



02

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Participação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no capital de Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, discrimina-se a seguir o número de ações que cada titular declarou possuir à data de 31 de Dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Carlos Alberto Freitas Couto (Presidente do Conselho Administração)	108 932 ações
Maria da Conceição Chaves Veloso Rito Freitas Couto (Esposa do Presidente do Conselho de Administração)	68 932 ações
Avelino Jorge da Silva Oliveira (Vogal do Conselho Administração)	68 932 ações
Maria Helena Freitas Couto (Esposa do Vogal Avelino Oliveira)	108 932 ações
António Gabriel Freitas Couto (Vogal do Conselho Administração)	108 932 ações
Isabel Maria Columbano Pereira da Silva (Esposa do Vogal António Couto)	68 932 ações

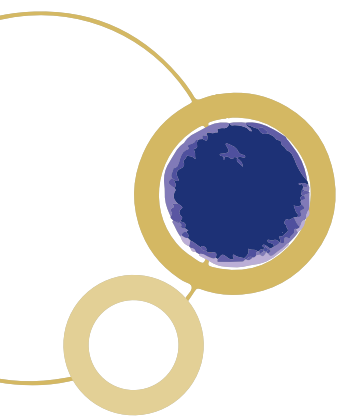
Nenhum outro membro dos órgãos de Administração ou Fiscalização declarou possuir, ou ter possuído durante o ano de 2022, ações ou obrigações de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.

No exercício de 2022 verificaram-se os seguintes movimentos:

Carlos Alberto Freitas Couto (Presidente do Cons. Administração)	+40 000 ações
Maria Helena Freitas Couto (Esposa do Vogal Avelino Oliveira)	+40 000 ações
António Gabriel Freitas Couto (Vogal do Conselho Administração)	+40 000 ações

Vila Nova de Famalicão, 15 de Junho de 2023

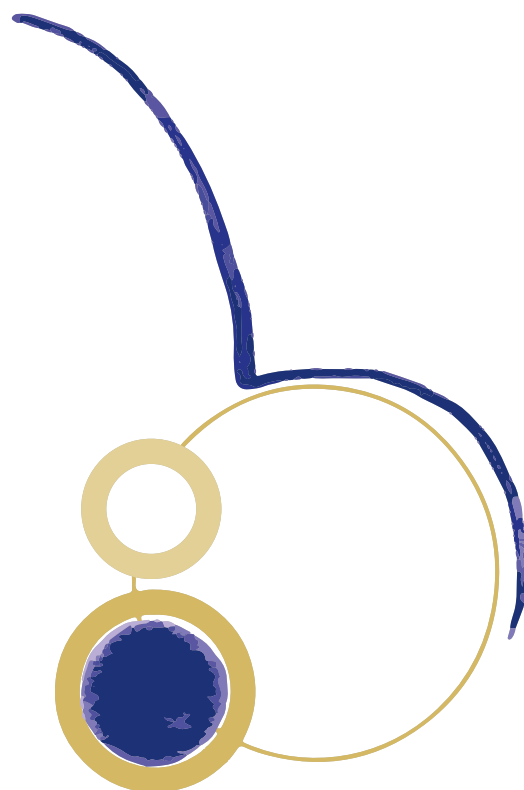
O Conselho de Administração



03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



3.1.1 BALANÇO | 31 de Dezembro de 2022

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1,8,9 e 13	31 761 894,32	31 308 315,57
Propriedades de investimento	3.2.3,7 e 13	145 000,00	145 000,00
Ativos intangíveis	3.2.2,6 e 13	--	--
Participações financeiras - método equival. patrimonial	3.2.5,11,12 e 14	635 628,41	577 364,47
Outros investimentos financeiros	3.2.6,11,12 e 14	784 565,77	727 759,58
Ativos por impostos diferidos	3.2.13,19	49 522,89	98 030,85
		33 376 611,39	32 856 470,47
Ativo corrente			
Inventários	3.2.7,15	1 848 509,34	1 663 785,13
Clientes	3.2.8,20	45 454 279,86	46 213 049,80
Adiantamentos a fornecedores		899 695,09	807 570,46
Estado e outros entes públicos	3.2.13,25	1 146 179,75	1 008 361,05
Outros créditos a receber	3.2.8,3.2.15,20	27 987 207,76	24 042 117,64
Diferimentos	23	674 181,10	556 065,50
Outros ativos financeiros		143 489,88	143 489,88
Caixa e depósitos bancários	3.2.10,5	6 785 78,04	7 472 389,94
		84 949 310,82	81 906 829,40
Total do ativo		118 325 922,21	114 763 299,87

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**CAPITAL PRÓPRIO**

Capital subscrito	24	5 000 000,00	5 000 000,00
Ações (quotas) próprias		(500 000,00)	(500 000,00)
Reservas legais		1 000 000,00	1 000 000,00
Outras reservas		9 610 110,19	9 610 110,19
Resultados transitados		13 013 428,46	12 241 596,28
Excedentes de revalorização	3.2.1,8.2	16 222 471,58	16 507 457,09
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	24	(18 864 405,86)	(18 873 085,85)
		25 481 604,37	24 986 077,71
Resultado líquido do período		224 192,64	413 051,83
		25 705 797,01	25 399 129,54
Total do capital próprio		25 705 797,01	25 399 129,54

PASSIVO**Passivo não corrente**

Provisões	3.2.12,18	200 698,82	414 488,98
Financiamentos obtidos	3.2.4,3.2.11,22	17 052 445,02	11 577 462,38
Passivos por impostos diferidos	3.2.13,19	14 569,59	14 921,11
Outras dívidas a pagar	3.2.9,21	4 255 970,79	14 013 308,91
		21 523 684,22	26 020 181,38

Passivo corrente

Fornecedores	3.2.9, 21	32 499 211,50	25 675 682,67
Adiantamentos de clientes	3.2.9,21	8 476 597,01	12 344 427,05
Estado e outros entes públicos	3.2.13,25	2 628 027,92	1 884 445,48
Financiamentos obtidos	3.2.4,3.2.11,22	19 958 541,87	10 937 000,24
Outras dívidas a pagar	3.2.9,21	5 438 791,76	6 859 424,13
Diferimentos	3.2.15, 23	2 095 270,92	5 643 009,38
		71 096 440,98	63 343 988,95
Total do passivo		92 620 125,20	89 364 170,33
Total do capital próprio e do passivo		118 325 922,21	114 763 299,87

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | 31 de Dezembro de 2022

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	3.2.14, 17	104 162 036,01	103 799 146,52
Subsídio à exploração		7 152,28	--
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3.2.5, 3.2.6, 26	182 479,68	181 568,73
Variação nos inventários da produção	3.2.7, 27	(16 409,36)	(27 099,58)
Trabalhos para a própria entidade		277 205,32	722 452,83
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.2.7, 28	(24 583 942,98)	(21 316 997,61)
Fornecimentos e serviços externos	29	(56 289 202,05)	(59 090 096,05)
Gastos com o Pessoal	30	(16 759 624,32)	(16 693 803,64)
Provisões (aumentos / reduções)	3.2.12, 18	207 649,27	(279 135,77)
Aumentos / reduções de justo valor	31	--	(6 510,12)
Outros rendimentos	32	7 750 643,74	8 609 274,29
Outros gastos	32	(7 196 228,88)	(6 780 514,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 741 758,71	9 118 285,22
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 6, 7, 8 e 13	(3 644 227,01)	(4 329 732,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 097 531,70	4 788 552,76
Juros e gastos similares suportados	3.2.11, 33	(3 448 566,50)	(3 961 481,65)
Resultado antes de impostos		648 965,20	827 071,11
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.13, 19	(424 772,56)	(414 019,28)
Resultado líquido do exercício		224 192,64	413 051,83
Resultado por ação básico		0,22	0,41

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 31 de Dezembro de 2022

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		104 920 805,95	102 505 813,45
Pagamentos Fornecedores		(74 049 616,20)	(83 654 714,69)
Pagamentos ao pessoal		(13 281 644,27)	(13 092 456,59)
Caixa gerada pelas operações		17 589 545,48	5 758 642,17
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(231 507,00)	(370 446,00)
Outros recebimentos / pagamentos		(26 500 093,59)	8 096 016,61
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(9 142 055,11)	13 484 212,78

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Pagamentos respeitantes a:

Ativos fixos tangíveis		(7 261 052,98)	(7 030 638,12)
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--

Recebimentos provenientes de:

Ativos fixos tangíveis		4 373 977,35	3 619 405,72
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--
Subsídios ao investimento		--	--
Juros e rendimentos similares		211 161,62	13 384,69
Dividendos		93 389,45	58 450,18

Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2 582 524,56)	(3 339 397,53)
---	--	-----------------------	-----------------------

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:

Financiamentos obtidos		81 719 588,20	74 442 638,77
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Cobertura de prejuízos		--	--
Doações		--	--
Outras operações de financiamento		--	--

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos		(67 223 063,93)	(78 713 920,59)
Juros e gastos similares		(3 448 566,50)	(3 961 481,65)
Dividendos		--	--
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Outras operações de financiamento		--	--

Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)

11 047 957,77	(8 232 763,47)
---------------	----------------

Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)

(676 621,90)	1 912 051,78
--------------	--------------

Efeito das variações de câmbio

--	--
----	----

Caixa e seus equivalentes no início do período

7 472 389,94	5 560 338,16
--------------	--------------

Caixa e seus equivalentes no fim do período

5	6 795 768,04	7 472 389,94
---	--------------	--------------

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período 2021

Euros

RUBRICAS	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	11 640 377,74	(18 850 729,88)	16 806 868,50	--	1 129 075,93	25 855 702,48	--	25 855 702,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	(299 411,41)	--	--	(299 411,41)	--	(299 411,41)
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	--	--	581 218,54	(22 355,97)	--	--	(1 129 075,93)	(570 213,36)	--	(570 213,36)
	2	--	--	--	--	--	--	581 218,54	(22 355,97)	(299 411,41)	--	(1 129 075,93)	(869 624,77)	--	(869 624,77)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											413 051,83	413 051,83		413 051,83
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											(716 024,10)	(716 024,10)		(716 024,10)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	5														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	12 241 596,28	(18 873 085,85)	16 507 457,09	--	413 051,83	25 399 129,54	--	25 399 129,54

RUBRICAS	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	5 000 000,00	(500 000,00)	--	1 000 000,00	9 610 110,19	12 241 596,28	(18 873 085,85)	16 507 457,09	--	413 051,83	25 399 129,54	--	25 399 129,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização		--	--	--	--	--	--	(284 985,51)	--	--	--	(284 985,51)	--	(284 985,51)
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	771 832,18	8 679,99	--	--	(413 051,83)	367 460,34	--	367 460,34	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	--	--	--	--	771 832,18	8 679,99	(284 985,51)	--	(413 051,83)	82 474,83	--	82 474,83	
3										224 192,64	224 192,64	--	224 192,64	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3									(188 859,19)	(188 859,19)	--	(188 859,19)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
5														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6=1+2+3+5	5 000 000,00	(500 000,00)	--	1 000 000,00	9 610 110,19	13 013 428,46	(18 864 405,86)	16 222 471,58	--	224 192,64	25 705 797,01	--	25 705 797,01

3.2 ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

- 1.1. Designação da Entidade: Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.
- 1.2. Sede: Rua S. João de Pedra Leital, 1000 — 4770-464 Requião - V. N. Famalicão.
- 1.3. Natureza da atividade: Exploração da atividade de construção civil e obras públicas.
- 1.4. Período abrangido pelas demonstrações financeiras: 2022

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) aplicáveis. Tal como previsto no parágrafo 1.4 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 (republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho), sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, o recurso, supletivamente e pela ordem indicada:

— Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

— Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

| Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

| Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

| Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

| Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando

em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

| Comparabilidade

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 *Ativos fixos tangíveis.*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo revalorizado, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 15
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10

3.2.2 *Ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.2.3 *Propriedades de investimento*

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, são registadas pelo seu justo valor determinado de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

3.2.4 *Loações*

As operações de locação são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Loações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados na rubrica de gastos dos períodos a que dizem respeito.

Loações financeiras

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são registados pelo seu valor no ativo e a correspondente responsabilidade no passivo.

As depreciações destes bens foram efetuadas de acordo com o referido no ponto 3.2.1, e registadas em gastos de depreciação do período.

A parte de capital incluída nas rendas pagas é deduzida ao montante da responsabilidade registada no passivo, sendo os juros aí incluídos contabilizados como gastos de financiamento do período.

3.2.5 *Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial*

Os investimentos em associadas e subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e subsidiárias quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrarem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão à exceção do Goodwill.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo posteriormente, e no final de cada período ajustados no seu valor pela utilização do método da equivalência patrimonial, com exceção das situações descritas nas notas 10 e 11.

3.2.6 *Outros Investimentos Financeiros*

As compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas nas datas da transação. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

É feita uma avaliação quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto na conta de resultados as perdas de imparidade quando se demonstrarem existir.

3.2.7 *Inventários*

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O método de custeio utilizado na movimentação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o custo médio ponderado.

Os produtos acabados e semi-acabados e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao menor do custo de produção ou do valor realizável líquido.

Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. O método de custeio é o custo médio.

3.2.8 *Clientes e as Outras contas a receber*

As dívidas de “Clientes” e as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”, por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobrança, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

3.2.9 *Fornecedores e Outras dívidas a pagar*

As dívidas a Fornecedores e a Outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que usualmente não vencem juros.

3.2.10 *Caixa e equivalentes de caixa*

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

3.2.11 *Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Os encargos financeiros com juros e encargos similares são registados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização do exercício.

3.2.12 *Provisões*

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a empresa tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.2.13 *Impostos sobre o rendimento*

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.14 *Rédito*

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativas da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos com as transações fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar ou outros créditos a receber”.

3.2.15 *Contratos de Construção*

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas “27218 – Contratos de Construção” ou “2821 - Obras % acabamento”, incluídas nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, a empresa reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

3.2.16 *Ativos e passivos contingentes*

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação.

3.2.17 *Imparidade*

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidades dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não estivesse registada em exercícios anteriores.

4. BASES DE MENSURAÇÃO

4.1. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4.2. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

4.3. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

5. FLUXOS DE CAIXA

5.1. Comentário da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Não se verificaram saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores em euros)

Rubrica	31.12.2022	31.12.2021
Numerário	13 713,91	69 126,58
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3 869 976,30	4 451 678,11
Depósitos a prazo	2 912 077,83	2 951 585,25
Caixa e seus equivalentes	6 795 768,04	7 472 389,94

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

(valores em euros)

Ano 2021	Saldo inicial	Aumentos	Alienações/ transferência	Diferencial câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Valor Líquido	0,00				0,00

(valores em euros)

Ano 2022	Saldo inicial	Aumentos	Alienações/ transferência	Diferencial câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Valor Líquido	0,00				0,00

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A rubrica “Propriedades de investimento” regista em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 os seguintes valores:

(valores em euros)

Rubrica	Ano 2020	Alienações	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2021
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	145 000,00					145 000,00
Depreciações acumuladas						
Saldo final	0,00					0,00
Valor Líquido	145 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145 000,00

(valores em euros)

Rubrica	Ano 2021	Alienações	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2022
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	145 000,00					145 000,00
Depreciações acumuladas						
Saldo final	0,00					0,00
Valor Líquido	145 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145 000,00

Em 2016 procedeu-se a alteração da metodologia de valorização contabilística dos elementos que integram as propriedades de investimento de custo de produção para justo valor, resultando num aumento de valorização de 110 915,30 €.

Em 2022 não existem flutuações significativas do valor de mercado.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1. Valores brutos e depreciações acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

Ano 2021							(valores em euros)
Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / Abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final	
Terrenos e recursos naturais	637 102,01	0,00	0,00	6 124,18	0,00	643 226,19	
Edifícios e outras construções	4 064 657,03	424 456,60	0,00	202 282,97	0,00	4 691 396,60	
Equipamento básico	36 179 173,76	3 884 840,35	-3 012 850,02	4 669 777,45	0,00	41 720 941,54	
Equipamento de transporte	13 172 992,48	1 769 226,40	-606 555,70	885 034,55	0,00	15 220 697,73	
Equipamento administrativo	652 768,33	50 199,35	0,00	13 588,76	0,00	716 556,44	
Outros ativos fixos tangíveis	4 701,88	32 014,56	0,00	1 278,92	0,00	37 995,36	
Em curso	0,00	449 900,86	0,00		0,00	449 900,86	
Adiantamentos por conta investimento	184 132,00	420 000,00	0,00		0,00	604 132,00	
TOTAL	54 895 527,49	7 030 638,12	-3 619 405,72	5 778 086,83	0,00	64 084 846,72	

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	1 819 578,29	143 783,32	138 651,27	0,00	0,00	2 102 012,88
Equipamento básico	17 037 943,95	3 270 955,66	1 736 692,30	218 257,38	0,00	22 263 849,29
Equipamento de transporte	6 139 641,31	910 359,60	545 222,13	72 902,36	0,00	7 668 125,40
Equipamento administrativo	638 826,71	4 283,18	12 006,98	50 199,35	0,00	705 316,22
Outros ativos fixos tangíveis	4 239,96	350,67	1 153,28	31 483,45	0,00	37 227,36
TOTAL	25 640 230,22	4 329 732,43	2 433 725,96	372 842,54	0,00	32 776 531,15
Valor Líquido	29 255 297,27					31 308 315,57

Ano 2022

(valores em euros)

Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / Abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	643 226,19	0,00	0,00	1 753,60	0,00	644 979,79
Edifícios e outras construções	4 691 396,60	57 890,00	0,00	3 078,09	0,00	4 752 364,69
Equipamento básico	41 720 941,54	5 813 571,85	-3 471 663,49	231 068,60	0,00	44 293 918,50
Equipamento de transporte	15 220 697,73	1 112 385,81	-902 313,86	-107 163,57	0,00	15 323 606,11
Equipamento administrativo	716 556,44	0,00	0,00	1 700,54	0,00	718 256,98
Outros ativos fixos tangíveis	37 995,36	0,00	0,00	299,88	0,00	38 295,24
Em curso	449 900,86	277 205,32	0,00		0,00	727 106,18
Adiantamentos por conta investimento	604 132,00	0,00	0,00		0,00	604 132,00
TOTAL	64 084 846,72	7 261 052,98	-4 373 977,35	130 737,14	0,00	67 102 659,49

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	2 102 012,88	107 276,20	45 015,04	0,00	0,00	2 254 304,12
Equipamento básico	22 263 849,29	2 631 606,43	439 554,23	-1 152 572,18	0,00	24 182 437,77
Equipamento de transporte	7 668 125,40	904 486,78	60 091,23	-473 877,67	0,00	8 158 825,74
Equipamento administrativo	705 316,22	826,15	1 509,88	0,00	0,00	707 652,25
Outros ativos fixos tangíveis	37 227,36	31,45	286,48	0,00	0,00	37 545,29
TOTAL	32 776 531,15	3 644 227,01	546 456,86	-1 626 449,85	0,00	35 340 765,17
Valor Líquido	31 308 315,57					31 761 894,32

8.2. Ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas

Em 2020 realizou-se a revalorização de equipamento básico e de transporte, relativos a Portugal e às sucursais: Honduras, Zâmbia e Moçambique, com base numa avaliação feita por uma entidade independente, no valor de 3.228.534,94€ e 3.069.328,30€, respetivamente.

Durante o período não se efetuaram revalorizações do ativo fixo tangível ao abrigo de diplomas legais. Em períodos anteriores foram efetuadas revalorizações, que se basearam nos seguintes diplomas legais:

Ano da revalorização	Diploma legal
1986	Dec.- Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
1991	Dec.- Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
1993	Dec. - Lei nº 264/92, de 24 de Novembro

Quadro discriminativo das revalorizações efetuadas nos períodos referidos:

Rubrica	Custos Históricos	Reavaliações	(valores em euros)
			Valores Cont. Reavaliados
Revalorizações anos anteriores			
Terrenos e recursos naturais	189 543,20	132 187,43	321 730,63
Edifícios e outras construções	118 500,27	80 062,47	198 562,74
Sub-total	308 043,47	212 249,90	520 293,37
Revalorizações Livres Ano 2020			
Equipamento básico	8 949 646,34	10 385 949,24	19 335 595,58
Equipamento de transporte	3 521 873,32	3 036 478,82	6 558 352,14
Sub-total	12 471 519,66	13 422 428,06	25 893 947,72
TOTAL	12 779 563,13	13 634 677,96	26 414 241,09

9. LOCAÇÕES

9.1. Locações financeiras

A empresa possui ativos fixos tangíveis incluídos no Balanço em regime de locação financeira. À data de 31 de Dezembro de 2022 eram os seguintes os valores destes ativos:

Rubrica	Valores Brutos	Depreciações	(valores em euros)
			Valores Líquidos
Edifícios e outras construções	57 890,00	5 789,00	52 101,00
Equipamento básico	4 037 209,31	2 366 262,22	1 670 947,09
Equipamento transporte	1 807 275,32	956 086,90	851 188,42

9.2. A responsabilidade inscrita no Balanço relativamente aos contratos de locação financeira era a seguinte:

(valores em euros)	Ano 2022	Ano 2021
No passivo corrente	1 194 680,73	895 154,52
No passivo não corrente	2 138 767,26	1 764 122,85
TOTAL	3 333 447,99	2 659 277,37

9.3. Locações financeiras

O valor referente aos pagamentos mínimos de contratos de locação financeira são os seguintes:

(valores em euros)	Ano 2022
Até 12 meses	1 194 680,73
Mais de 12 meses	2 138 767,26

9.4. Locações operacionais

O valor referente a pagamentos de rendas de locações operacionais é o seguinte

(valores em euros)	Ano 2022
Até 12 meses	231 241,50
Mais de 12 meses	136 709,55

10. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas controladas conjuntamente, integradas pelo método proporcional, e proporção nas mesmas, eram em 31 de Dezembro de 2022 as seguintes:

Nome	Participação
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	30,00%
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	25,00%
CMGE – Construtoras Escolares, ACE	33,33%
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	50,00%
Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE	50,00%
Escola FGA, ACE	50,00%
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	50,00%

Em 2022 houve a aquisição por parte da Agrupada CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO, S.A. de mais 35% do Agrupamento “Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE”, resultante da cessão da totalidade da participação da Agrupada EGEO-TECNOLOGIA E AMBIENTE, S.A..

À data de 31 de Dezembro de 2022 as quantias agregadas, ponderadas pela percentagem de controlo conjunto, dos ativos correntes, dos ativos não correntes, dos passivos correntes, dos passivos não correntes, dos rendimentos e dos gastos dos referidos agrupamentos complementares de empresa eram como segue:

(valores em euros)

Nome	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Gastos	Rendimentos	R. Líquido
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	0,00	632 193,15	0,00	407 752,50	783,65	0,00	-783,65
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	0,00	121 292,48	0,00	122 292,98	1 000,50	0,00	-1 000,50
CMGE – Construtoras Escolares, ACE	0,00	14 818,67	0,00	1 971,86	8 598,78	0,00	-8 598,78
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	0,00	13 983,79	0,00	15 544,38	1 628,83	68,24	-1 560,59
FEAG, ACE	0,00	240 700,38	0,00	240 700,38	0,00	0,00	0,00
Escola FGA, ACE	0,00	70 666,81	1 501,24	188 973,93	95,32	0,00	-95,32
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	0,00	153 108,90	45 503,31	68 702,99	6 600,71	45 503,31	38 902,60

11. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2022 a participação financeira em empresas associadas está apresentada no quadro seguinte:

(valores em euros)

Firma	Sede	% CP	Capital próprio	Res. Líquido	Ano Obs
Comasa-C. Civil e O.Públicas, Lda	V.N. Famalicão	80,00	231 745,35	-5 933,03	2022 a)
Abrical-Areias, Brit. e Calcários, Lda	Miranda Douro	50,00	438 787,66	-217,11	2022 a)
Socojol-Eng. Const. Civil, Lda	Moçambique	91,70	b)	b)	b)
Gabriel Couto (Moçambique),SARL	Moçambique	57,00	b)	b)	b)
ParqF-Parques Estac Famalicão	Braga	39,90	537 481,30	157 797,30	2022 a)
Mopre – Pré Fabric Betão, Lda	Moçambique	90,00	b)	b)	b)
GCM – Eng e Const. Lda	Moçambique	88,04	155 591,27	-1 511,49	2022a)
Bemoz. Lda.	Moçambique	85,00	b)	b)	b)
JV Gabriel Couto A.Carvalho Rosas Const. (Moldávia)	Moldávia	33,33	a)	a)	a)
Gabriel Couto — EUROFINSA	Espanha	49,90	b)	b)	b)

Notas:

- a) O valor destas participações financeiras está calculado de acordo com o método da equivalência patrimonial.
b) O valor destas participações está avaliado ao custo de aquisição. Estas empresas estão constituídas mas não iniciaram ainda a sua atividade produtiva, encontrando-se inativas.

11.1. Não existem remunerações a qualquer dos administradores desta empresa, advindas de qualquer das entidades havidas como partes relacionadas.

11.2. Saldos e transações com partes relacionadas

Durante o exercício de 2022 os saldos e as transações entre as partes relacionadas e a entidade foram as seguintes:

(valores em euros)

Empresa	Compras/ serviços 2022	Vendas 2022	Outros Movimentos 2022	Saldo Clientes	Saldo Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Comasa	0,00		3 042,00	56 182,97			-15 266,08
Pontalta	-3 001,66	1 440 950,57	-1 737 098,48	15 380 166,89			-2 770 733,45
Promoções			8 007,83	194 790,94		14 321,36	
Gabriel Couto SGPS			3 634,12			1 259 550,57	
Abrical			216,09		-186 730,06	80,00	
Socojol				503 953,76			
Gabriel Couto Angola		26 720,89		3 188 723,74		1 089 592,61	
Mopre						2 278,55	
ParqF	-19,80		-186,84				
JV G. Couto				537 463,54		172 297,09	
AGE						268,25	
Gabriel Couto Moçambique						2 290,47	
CEGA, ACE				108 936,98	0,00	35 032,97	
FGA, ACE				0,00			
Amândio Carvalho e Gabriel Couto, ACE				90 196,39			
CMGE, ACE			-6 029,83	-56 436,32	-1 680,45		-225 632,50
ACA GASC, ACE					-50 000,00		
FGC, ACE				0,00			
Vias, ACE				0,00			

12. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

12.1. Investimentos noutras empresas

(valores em euros)

Nome/Firma	%	Valor	Obs
Euroscut-Soc Concessionária da Scut do Algarve, SA	---	10,00	b)
Auto-Estradas Norte Litoral – Soc Conc AENL, SA	---	1,00	b)
Vialivre, SA	3,192	35 845,78	a)
Lamegorenova-Const e Gestão Equipamentos, SA	10,200	0,00	a)
Gabriel Couto, SGPS, SA	---	1,00	b)
Gabriel Couto Angola, Lda	7,125	2 650,82	b)
Norgarante	---	23 000,00	b)
Catim	---	1 000,00	b)
F.VPR Mo (Montepio)	---	74 990,95	b)
TOTAL		137 499,55	
Empréstimos concedidos:			
Gabriel Couto, SGPS, SA	---	0,32	b)
AGE – Energias Renováveis, Lda	---	0,00	a)
ParqF	---	194 992,52	a)
TOTAL		194 992,84	

12.2. Outros investimentos financeiros

Em 2022 não foram adquiridas participações financeiras.

13. DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

A rubrica “Depreciações do exercício” regista em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 os seguintes valores

(valores em euros)

Depreciações do exercício	2022	2021
Ativos fixos tangíveis	3 644 227,01	4 329 732,46
TOTAL	3 644 227,01	4 329 732,46

14. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2022 o valor dos Investimentos Financeiros ascendia a 1 420 194,18 Euros, tendo durante o ano evidenciado o seguinte movimento:

(valores em euros)

Investimento	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf/Abat/ D Camb	Saldo final
Em associadas ao MEP	577 364,47	63 118,92		-4 854,98	635 628,41
Outros investimentos noutras empresas	727 759,58	18 000,00		38 806,19	784 565,77
Outros investimentos financeiros	727 759,58	18 000,00	0,00	38 806,19	784 565,77
TOTAL	1 305 124,05	81 118,92	0,00	33 951,21	1 420 194,18

15. INVENTÁRIOS

A discriminação dos Inventários em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 era como segue:

(valores em euros)

Rubrica	2022	2021
Matérias – primas, subsidiárias e de consumo	1 276 290,08	1 075 156,51
Produtos e trabalhos em curso	191 567,26	191 567,26
Produtos acabados e intermédios	371 732,12	388 141,48
Mercadorias	8 919,88	8 919,88
TOTAL	1 848 509,34	1 663 785,13

16. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos dos contratos de construção, foi adotado o método da percentagem de acabamento. Assim, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos até à data do balanço e os gastos totais estimados das obras. (Ver também nota 3.2.15)

17. RÉDITO

As vendas e as prestações de serviços registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram como segue, por mercados:

(valores em euros)

Mercado	2022	2021
Mercado nacional		
Vendas		
Produtos acabados	32 500,00	41 250,00
Sub-total	32 500,00	41 250,00
Prestação de serviços	81 596 624,03	68 870 598,04
Sub-total	81 629 124,03	68 911 848,04
Mercado extra-comunitário		
Prestação de serviços	22 532 911,98	34 887 298,48
Sub-total	22 532 911,98	34 887 298,48
Total Geral	104 162 036,01	103 799 146,52

18. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos períodos de 2022 e 2021 foram como segue:

(valores em euros)

Provisões	2022	2021
Garantias a clientes		
Saldo inicial	92 507,86	92 507,86
Reversões	45 503,31	0,00
Saldo final	47 004,55	92 507,86
Contratos onerosos		
Saldo inicial	321 981,12	26 570,68
Aumento	65 445,74	298 877,35
Reversões	227 591,70	19 741,58
Outras regularizações	-6 140,89	16 274,67
Saldo final	153 694,27	321 981,12
SALDO GLOBAL FINAL	200 698,82	414 488,98

(valores em euros)

Provisões	2022	2021
Garantias a clientes		
Reversões	45 503,31	0,00
Contratos onerosos		
Aumento	65 445,74	298 877,35
Reversões	227 591,70	19 741,58
Saldo final	-207 649,27	279 135,77

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento registado nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 decompõe-se do modo seguinte:

(valores em euros)

Imposto	2022	2021
Imposto corrente	376 616,12	479 088,24
Imposto diferido	48 156,44	-65 068,96
TOTAL	424 772,56	414 019,28

A Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho, da Assembleia da República, procedeu à 2ª alteração do OE 2020 (Lei 2/2020, de 31 de março). Esta lei aprova, no seu artº 16, o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), nos termos do seu anexo V.

O CFEI II aplica-se a investimentos em ativos de exploração realizados entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021. Abrange todos os setores de atividade. Não está sujeito a regras de auxílios minimis. Traduz-se numa dedução direta à coleta de 20% do investimento realizado até ao limite de 70% da coleta. O que não puder ser deduzido no próprio exercício, pode ser deduzido nos 5 exercícios seguintes.

Em 2020, a empresa investiu entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2020 a importância de 2.034.631,21€, à qual correspondia um benefício total de 406.926,24€. No entanto, por lapso, a empresa declarou um investimento menor, tendo apenas usufruído de uma dedução à coleta no montante de 180.595,62€. Tal situação foi objeto de reclamação graciosa, a qual foi favorável à empresa sendo que esta terá direito ainda a uma dedução no valor de 226.330,62€.

Em 2021 a empresa investiu entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021 a importância de 644.490,45€, cujo benefício foi de 128.898,09€, a reportar para o exercício seguinte, conforme abaixo indicado:

Ano de investimento	Investimento valor aquisição	Dedução à coleta 20%	Dedução à coleta do exercício	Saldo que transita para período seguinte
2021	644.490,45	128.898,09	0,00	128.898,09

De acordo com a Lei que rege o SIFIDE II (Decreto-Lei nº 82/2013, de 17 junho, aprovado em Diário da República, 1.ª série – N.º 114 – 17 de junho de 2013).

“Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento (“I&D”) no valor de 65.655,24 €, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (“SIFIDE II”), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014, tendo-lhe sido atribuído em março de 2023 um crédito fiscal no montante de 21.337,95€.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento (“I&D”) no valor de 205.749,91 €, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (“SIFIDE II”), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014, Neste sentido, a Empresa submeteu em maio de 2023 a candidatura dirigida à Agência Nacional de Inovação - Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, de forma a obter a declaração comprovativa de que as atividades realizadas correspondem efetivamente a ações de I&D. Caso o referido pedido seja deferido pelas entidades competentes, a Empresa terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à Coleta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) no montante de 66.868,72 €.

Os ativos e passivos por impostos diferidos referem-se a:

(valores em euros)

Rubrica	2022		2021	
	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por Impostos Diferidos	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por Impostos Diferidos
Provisões	44 334,36		98 030,85	
Reservas de reavaliação		7 074,32		7 422,45
Proveitos financeiros lucros a distribuir	5 188,53	7 495,27		7 498,66
	49 522,89	14 569,59	98 030,85	14 921,11

20. DÍVIDAS DE “CLIENTES” E “OUTROS CRÉDITOS A RECEBER”

As dívidas de clientes e de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 apresentam-se assim:

(valores em euros)

Rubrica	2022	2021
Clientes:		
Clientes c/c	45 543 754,10	46 213 049,80
Clientes de cobrança duvidosa	1 626 745,25	1 716 219,49
Perdas por imparidades acumuladas	-1 716 219,49	-1 716 219,49
TOTAL	45 454 279,86	46 213 049,80
Outros créditos a receber:		
Adiantamentos ao pessoal	28 662,62	27 875,41
Devedores por acréscimo de rendimento	23 244 185,81	21 391 621,47
Outros devedores	4 714 359,33	2 622 620,76
TOTAL	27 987 207,76	24 042 117,64

21. “FORNECEDORES”, “OUTRAS DIVIDAS A PAGAR” E “ADIANTAMENTO DE CLIENTES”

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os valores a pagar a fornecedores e outras dividas a pagar, bem assim como os adiantamentos de clientes, apresentavam-se assim.

(valores em euros)

Rubrica	2022	2021
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	29 725 555,18	22 814 261,93
Fornecedores - títulos a pagar	1 179 078,27	128 636,91
Fornecedores – fat em receç e conf	1 594 578,05	2 732 783,83
TOTAL	32 499 211,50	25 675 682,67
Outras dívidas a pagar não correntes:		
Adiantamento de clientes	2 419 444,37	12 105 282,59
Outros credores	1 836 526,42	1 908 026,32
TOTAL	4 255 970,79	14 013 308,91
Outras dívidas a pagar correntes:		
Remunerações a pagar	3 046,20	10 734,46
Credores por acréscimos gastos	2 084 679,32	2 093 446,24
Outros credores	3 336 597,36	4 695 325,91
Resultados atribuídos a acionistas	14 468,88	59 917,52
Outras operações com acionistas		
TOTAL	5 438 791,76	6 859 424,13
Adiantamento de clientes	8 476 597,01	12 344 427,05

22. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os Financiamentos obtidos estão desagregados entre Empréstimos Bancários, Locações Financeiras e Participantes de Capital. Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 tais valores eram os seguintes, separados entre Passivo Corrente e Passivo Não Corrente::

(valores em euros)

Rubrica	2022	2021
No Passivo não corrente:		
Empréstimos bancários	14 913 677,76	9 813 339,53
Locações financeiras	2 138 767,26	1 764 122,85
TOTAL	17 052 445,02	11 577 462,38
No Passivo corrente:		
Empréstimos bancários	18 749 864,92	10 027 849,50
Locações financeiras	1 194 680,73	895 154,52
Participantes de capital	13 996,22	13 996,22
TOTAL	19 958 541,87	10 937 000,24

Os financiamentos do passivo não corrente são financiamentos que se vencem entre 2 a 5 anos.

Relativamente às garantias prestadas, ver nota 35 do presente Anexo.

Os covenants associados a alguns contratos são, no essencial, correspondentes a:

- Owership clause
- Negative Pledge
- Pari-passu

Em 2021 e 2022 procedeu-se à compensação do financiamento de 3,7 MUSD e 3,5MUSD, respetivamente, com o seu colateral de igual montante em depósitos a prazo. Em 2021 e 2022 considerou-se sem recurso o financiamento de uma remessa de exportação do Ghana no montante de 2,7M€ e 2,2M€, respetivamente, para a qual existe um seguro de crédito com garantia do estado português.

23. DIFERIMENTOS

Os Diferimentos registam em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os seguintes valores:

Rubrica	(valores em euros)	
	2022	2021
No ativo corrente:		
Gastos a reconhecer	674 181,10	556 065,50
No passivo corrente:		
Rendimentos a reconhecer	2 095 270,92	5 643 009,38

24. CAPITAL SOCIAL

Capital subscrito

O capital social da empresa está representado por 1.000.000 de ações, com o valor de 5 euros cada, e está todo realizado.

Ajustamentos/outras variações no capital próprio

O valor apresentado nesta rubrica, no montante de -18 864 405,86€ e -18.873.085,85€, corresponde aos ajustamentos efetuados às participações financeiras detidas pela empresa, resultante da aplicação do MEP (método da equivalência patrimonial) ao longo dos anos.

25. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os valores ativos e passivos do Estado e outros entes públicos apresentavam-se da forma seguinte nos balanços de 2022 e 2021:

	(valores em euros)	
Rubrica	2022	2021
No ativo corrente:		
Imposto sobre rendimento	103 772,57	254 746,95
Imposto sobre valor acrescentado	1 042 407,18	753 614,10
TOTAL	1 146 179,75	1 008 361,05
No passivo corrente:		
Retenção I. sobre rendimento	257 745,58	169 801,03
Contribuição para a Segurança Social	2 370 282,34	1 714 644,45
TOTAL	2 628 027,92	1 884 445,48

26. GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos desenvolviam-se da forma seguinte em 31 de Dezembro de 2022 e 2021:

	(valores em euros)	
Rubrica	2022	2021
Rendimentos e ganhos pela aplicação método equivalência patrimonial	63 118,92	89 293,62
Outros rendimentos e ganhos	32 156,93	40 283,14
Dividendos obtidos	93 389,45	58 450,18
Gastos e perdas pela aplicação do método da equivalência patrimonial	-6 185,62	-6 458,21
Outros gastos e perdas		
TOTAL	182 479,68	181 568,73

27. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 computou-se a seguinte variação nos inventários da produção:

	(valores em euros)	
Rubrica	2022	2021
Produtos acabados e intermédios:		
Saldo final	371 732,12	388 141,48
Regularização Existências		
Saldo inicial	388 141,48	388 629,93
Variação	-16 409,36	-488,45
Produtos e Trabalhos em Curso		
Saldo final	191 567,26	191 567,26
Regularização Existências		
Saldo inicial	191 567,26	218 178,39
Variação	0,00	-26 611,13
Variação inventários da produção	-16 409,36	-27 099,58

28. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas registado no final dos períodos de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	(valores em euros)	
Rubrica	2022	2021
Mercadorias		
Saldo inicial	8 919,88	8 919,88
Compras	0,00	0,00
Saldo final	8 919,88	8 919,88
Custo	0,00	0,00
Matérias-primas, subs e de consumo		
Saldo inicial	1 075 156,51	1 821 931,58
Compras	24 785 076,55	20 570 222,54
Saldo final	1 276 290,08	1 075 156,51
Custo	24 583 942,98	21 316 997,61
Custo mercado venda matérias consumidas	24 583 942,98	21 316 997,61

29. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 o valor dos Fornecimentos e serviços externos registavam os valores constantes do quadro abaixo, por rubricas:

	(valores em euros)	
Rubrica	2022	2021
Subcontratos	41 145 846,94	44 526 218,16
Trabalhos especializados	3 107 964,40	2 709 622,23
Publicidade e propaganda	23 893,10	26 341,36
Vigilância e segurança	589 411,10	543 400,73
Honorários	11 490,54	16 664,88
Comissões	0,00	2 766,00
Conservação e reparação	1 218 113,13	2 304 608,13
Ferramentas e utensílio desgaste rápido	208 684,01	239 128,06
Livros e documentação técnica	8 980,91	9 195,53
Material de escritório	63 125,92	86 263,03
Artigos para oferta	18 704,98	16 351,39
Material limpeza, higiene e conforto	35 160,31	29 140,40
Outros materiais	11 837,73	2 152,83
Eletricidade	262 244,75	286 607,47
Combustíveis	169 391,70	228 156,14
Água	76 425,09	96 079,44
Óleos	13 110,95	13 457,39
Gás	14 322,02	22 781,96
Deslocações e estadas	2 540 648,76	2 520 260,84
Transportes de pessoal	1 078,50	2 865,33
Transportes de mercadorias	16 065,27	14 016,00
Outros transportes	129 840,73	527 071,57
Rendas e alugueres	5 110 121,13	3 490 349,70
Comunicação	128 906,42	137 017,01
Seguros	817 372,07	813 044,35
Contencioso e notariado	310 579,63	137 321,38
Despesas de representação	27 845,75	21 102,89
Limpeza, higiene e conforto	101 290,46	129 101,67
Outros serviços	126 745,75	139 010,18
TOTAL	56 289 202,05	59 090 096,05

30. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal contabilizados nos períodos de 2022 e 2021 foram os seguintes, de forma desagregada:

Rubrica	(valores em euros)	
	2022	2021
Remunerações órgãos sociais	343 071,07	346 093,91
Remuneração do pessoal	13 281 644,27	13 092 456,59
Indemnizações	56 962,48	151 687,60
Encargos sobre remunerações	2 651 446,87	2 505 366,01
Seguros de acid trab doenç prof	225 208,20	294 370,70
Gastos de acção social	128 364,38	225 743,93
Outros gastos com pessoal	72 927,05	78 084,90
TOTAL	16 759 624,32	16 693 803,64

O número médio de trabalhadores em 2022 foi de 400 (386 em 2021).

30.2. Em 2022 as remunerações dos órgãos sociais foram de:

Conselho de Administração 343 071,07€

A remuneração atribuída ao órgão de fiscalização foi de 20.400,00 € em 2022 igual ao valor de 2021.

31. AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 o valor das variações de justo valor registavam os valores constantes do quadro abaixo, por rubricas:

(valores em euros)

Rubrica	2022	2021
Ganhos em propriedades de investimento	0,00	0,00
Perdas em investimentos financeiros	0,00	-6 510,12
TOTAL	0,00	-6 510,12

32. OUTROS RENDIMENTOS E OUTROS GASTOS

Durante o período de 2022 e 2021 foram evidenciados outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas de acordo com a desagregação seguinte:

(valores em euros)

Rubrica	2022	2021
Outros rendimentos:		
Rendimentos suplementares	1 982 396,47	1 751 512,36
Descontos pronto pagamento obtidos	2 403,87	10 042,25
Rendimentos e ganhos nos rest invest	5 040 987,72	5 092 794,99
Rendimentos e ganhos inv não financ	195 515,01	1 304 927,22
Juros obtidos	211 161,62	13 384,69
Outros	318 179,05	436 612,78
Dos quais:		
Corr relat.exec ant.	157 027,10	100 849,68
Outros n. especificados	116 209,92	229 341,38
Benefícios de Penalid. Contrat.	0,00	0,00
Recuperação desp. Financ.	0,00	0,00
Excesso estimativa impostos	41 868,64	62,28
Outros	3 073,39	106 359,44
TOTAL	7 750 643,74	8 609 274,29

Outros gastos:

Impostos	423 138,27	585 386,62
Descontos pronto pagamento concedidos	166,77	4 953,30
Juros de mora e compensatórios	107 064,87	75 006,04
Outros juros	288 611,86	234 244,63
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4 030 983,31	1 868 564,76
Outros gastos e perdas financiamento	763 077,05	1 170 983,31
Outros	1 583 186,75	2 841 375,72
Dos quais:		
Correções exercícios anteriores	1 173 623,45	2 233 151,41
TOTAL	7 196 228,88	6 780 514,38

33. JUROS E RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Nos anos de 2022 e 2021 registaram-se juros e gastos similares nos valores e com a desagregação abaixo referidos:

(valores em euros)

Rubrica	2022	2021
Juros e custos similares:		
Juros suportados	1 785 223,01	1 561 508,12
Diferenças câmbio ref fin obtidos	200 216,48	351 625,91
Outros gastos e perdas de financiamento		
Relativos a financ obtidos	1 463 127,01	2 048 347,62
TOTAL	3 448 566,50	3 961 481,65

34. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A entidade encontra-se dispensada da consolidação de contas dado que, tal como previsto no DL n.º 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, não exerce, em qualquer caso, o controlo sobre qualquer das subsidiárias e, naquelas em que a sua participação é maior que 50% do capital, no seu conjunto não ultrapassam nenhum dos limites previstos no art.º 7.º daquele DL.

35. GARANTIAS PRESTADAS

35.1. Em 31 de Dezembro de 2022 o valor das garantias bancárias e seguros de caução prestadas pela empresa a terceiros era de 58 744 457 Euros (excluindo os colaterais da operação do Ghana), entre as quais se incluem os valores seguintes em moeda estrangeira, e destinam-se a garantia de empreitada.

Euros (€)	56 441 785 €
Meticais (MZN)	316 656 €
Dólares americanos (USD)	1 986 016 €

35.2. Para garantia da globalidade dos empréstimos de curto, médio e longo prazo, bem como garantias bancárias prestadas pelo Banco Santander Totta, foi onerado o edifício da Sede da Empresa, através de hipoteca a favor deste banco.

36. COTAÇÕES DAS MOEDAS ESTRANGEIRAS

Para efeito de conversão, à data do Balanço, dos valores originalmente expressos em moeda estrangeira para euros, utilizaram-se as cotações oficiais em 31 de Dezembro de 2022, das seguintes moedas:

Cotações das moedas estrangeiras

Divisa	31.12.2022	31.12.2021
	1 EURO	1 EURO
USD	1,07	1,1326
Novo Leu (Roménia)	4,949	4,949
Kwanzas (Angola)	537,570	635,750
Meticais (Moçambique)	67,45	71,58
SZL (Suazilândia)	18,100	18,060
Kwacha Zambiano	19,25	18,85
CVE (Escudo Caboverdiano)	110,265	110,265
HNL (Lempiras Honduras)	26,19	27,47
CFA (Francos Senegal)	655,957	655,957
NIO (Córdoba Nicarágua)	38,42	39,99
GHS (Cedis Ghana)	10,64	6,83

37. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Informa-se ainda que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

38. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos até à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, exceto no que diz respeito à invasão da Ucrânia, em 24 de Fevereiro de 2022 pelas tropas Russas, que motivou a subida dos preços nos mercados energéticos, colocando uma pressão adicional nos preços de outros bens e serviços e consequentemente um agravamento da inflação.

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. está a acompanhar de perto a evolução da situação. Contudo e como ainda estamos numa fase de constante mudança, grande indefinição e incerteza, teremos que ser prudentes, sobretudo porque desconhecemos o que ainda nos espera da evolução desta guerra entre a Rússia e a Ucrânia na Economia Mundial.

No entanto, a administração está convicta que a Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso dos pressupostos de continuidade das operações na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022, tal como descrito na nota 3.1.

39. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de carácter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 262 841 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

40. OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação de resultados

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. no período económico findo em 31 de Dezembro de 2022 realizou um resultado líquido de +224.192,64 Euros. A administração propõe aos acionistas que a esse resultado líquido apurado seja dada a seguinte aplicação:

Para resultados transitados o montante de 224 192,64 Euros

Não se procederá à distribuição de dividendos do ano 2022 aos acionistas a fim de consolidar os capitais próprios.

41. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de Junho de 2023.

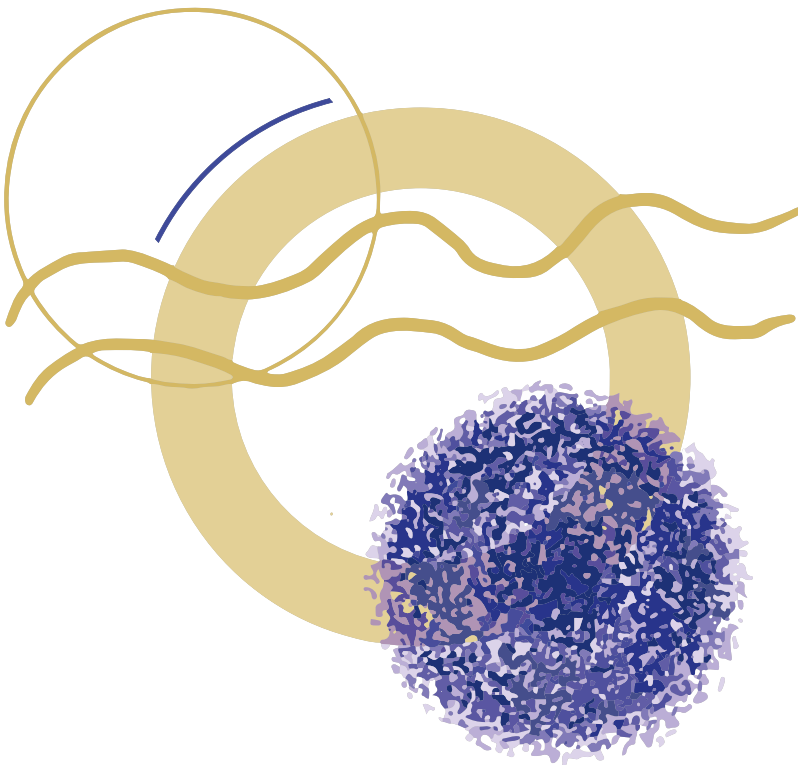
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

04

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Senhores Acionistas:

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários submetemos à vossa apreciação o relatório sobre a nossa função fiscalizadora e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas apresentados pela Administração da empresa CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A., relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Durante o período em análise acompanhámos a atividade da Empresa, verificando com a extensão considerada necessária os valores patrimoniais, registos contabilísticos e documentos que lhe serviram de suporte, os quais encontramos em devida ordem e em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e com as restantes disposições legais. Da Administração e Serviços recebemos sempre a mais estreita colaboração.

No final do período analisámos os documentos de prestação de contas apresentados pela Administração, tendo sido emitida a respetiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, cujo conteúdo damos aqui por reproduzido

O Relatório de Gestão e as Contas parecem-nos expressar de forma adequada a situação financeira da empresa reportada em 31 de dezembro de 2022.

Nestes termos o Fiscal Único é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas apresentados pela Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;
- c) Se proceda à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 4552 do Código das Sociedades Comerciais.

Trofa, 22, junho, 2023

O FISCAL ÚNICO

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS — SROC
(inscrita na CMVM sob o nº 20161397)

Representada por

João Carlos do Sul Ribeiro — ROC nº 1106 (inscrito na CMVM sob o nº 20160718)

4.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 118.325.922,21 euros e um total de capital próprio de 25.705.797,01 euros, incluindo um resultado líquido de 224.192,64 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CONSTRUÇÕES GABRIEL A.

S. COUTO, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades dos órgãos de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contábilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade
- avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

— avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

— comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

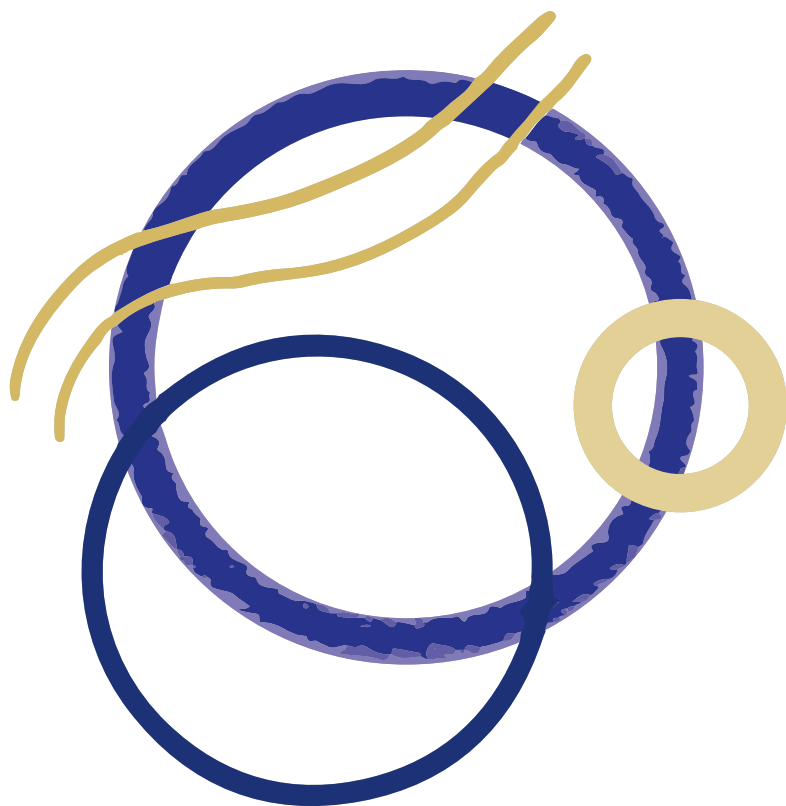
Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Trofa, 22, junho, 2023

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS — SROC
(inscrita na CMVM sob o nº 20161397)

Representada por:

João Carlos do Sul Ribeiro — ROC nº 1106 (inscrito na CMVM sob o nº 20160718)



PORTFÓLIO
2022
2023



NACIONAL

Projeto: PROJETO CUBIC — edifício de habitação coletiva. Maia

Cliente: ÊXITOPEREGRINO, LDA





Projeto: OMBRIA RESORT —
Morgado da Tôr — Loulé. Algarve

Cliente: QDO HOTEL, S.A.









Projeto: EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR.
Setúbal

Cliente: SWEETACHIEVEMENT —
Atividades Imobiliárias, Lda., Grupo
TAGA URBANIC.







Projeto: QUINTA SÃO MARCOS.
Vila Nova de Gaia

Cliente: PROMISEMBRACES, LDA





Projeto: QUINTA DO PINHEIRO. Porto

Cliente: MONTEPIO GERAL —
Associação Mutualista





Projeto: OEIRAS GOLF & RESIDENCE
Oeiras

Cliente: VIZELPAS





Projeto: LEGACY CASCAIS
TOWNHOUSES. Cascais

Cliente: Ignitiondomain
Unipessoal Lda







Projeto: RIVERSIDE. LOTES 4 E 5.
EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO. V. N. Gaia

Cliente: NOBLE FACES, S.A.









Projeto: EDIFÍCIO QUINTA DO LOUREIRO. GREEN PLAZA
Carcavelos. Cascais

Cliente: INSPIRED ORBIT, LDA





Projeto: GARANTIA RESIDENCES.
V. N. Famalicão

Cliente: FIVE – PROMOÇÕES
IMOBILIÁRIAS, S.A.





Projeto: EDIFÍCIO NA PRAÇA
JOSÉ FONTANA E NA RUA SOUSA
MARTINS. Lisboa

Cliente: SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE LISBOA





Projeto: HOTEL EVOLUTION ESTORIL.
Estoril. Lisboa

Cliente: HOTEL PARIS. SOC.
HOTELEIRA E TURÍSTICA, S.A.







Projeto: HOTEL MOOV ORIENTE,
Parque das Nações. Lisboa

Cliente: ENDUTEX HOTEIS
SOC. UNIPessoal, LDA







Projeto: UHUB LUMIAR. Lisboa

Cliente: UHUB LUMIAR , S.A.







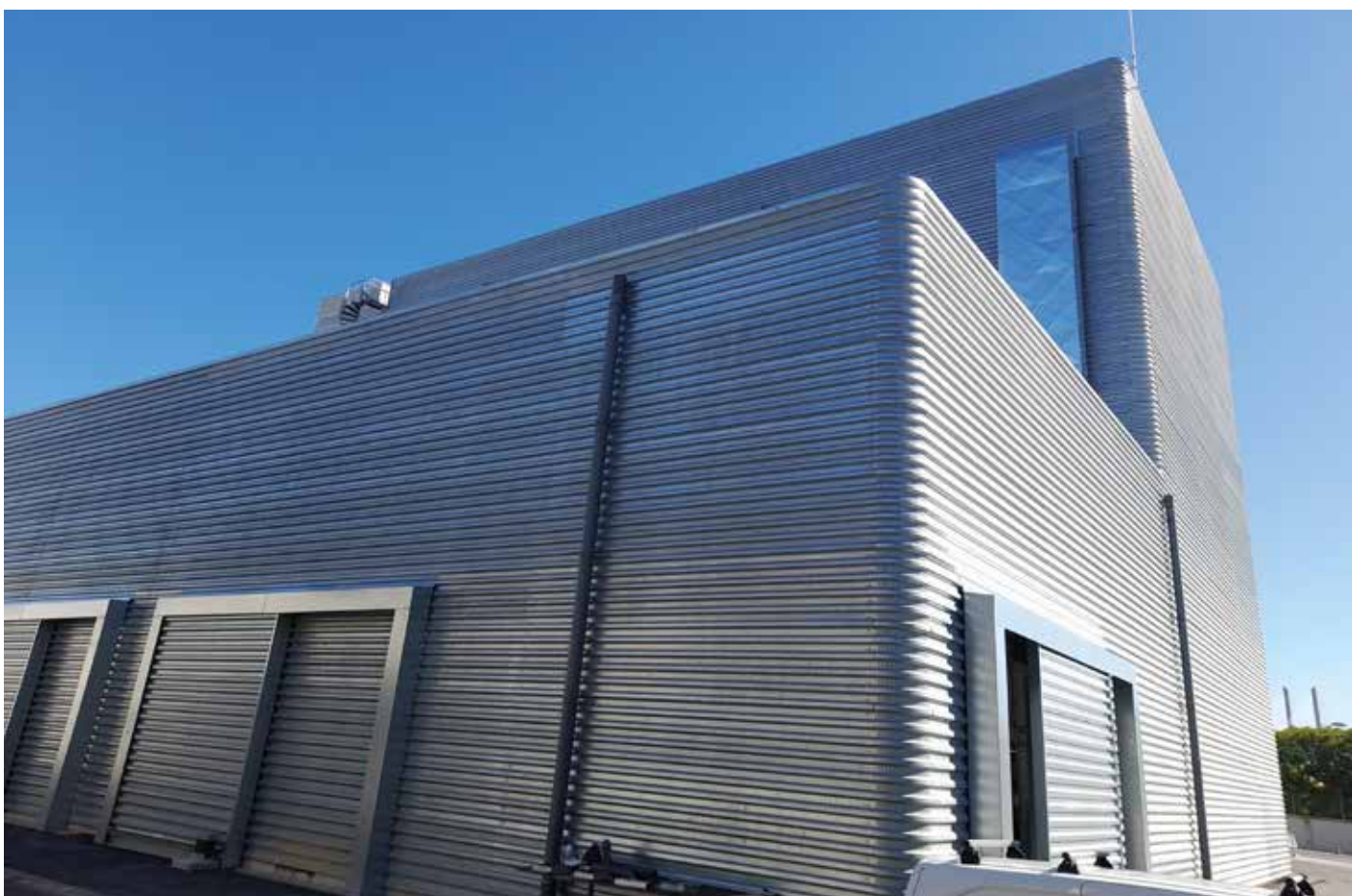
Projeto: COMPLEXO ESCOLAR DA
ARTAVE. V. N. Famalicão

Cliente: ARTEMAVE



Projeto: NOVAS INSTALAÇÕES DOS
LABORATÓRIOS ELÉCTRICOS DA
LABLELEC. Lisboa

Cliente: EDP



Projeto: REFORMULAÇÃO DO
NÓ DE ERMESINDE E PRAÇAS
DE PORTAGEM. Águas Santas /
Ermesinde. A4 — Porto /Amarante

Cliente: BRISA — Concessão
Rodoviária, S.A.







Projeto: EN14 – MAIA / INTERFACE RODOFERROVIÁRIO DA TROFA — 2ª Fase, via diagonal / Interface Rodoferroviário da Trofa

Cliente: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.









Projeto: BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DO PAVIMENTO NOS SUBLANÇOS — Porto (VCI) / EN12/ Águas Santas (A3/A4), da Autoestrada A3 Porto / Valença

Cliente: BRISA — Concessão Rodoviária, S.A.



INTERNACIONAL ANGOLA

Projeto: INFRAESTRUTURAS
CENTRALIDADE DA CARREIRA DE
TIRO NA PROVÍNCIA DE MALANJE

Cliente: INGENUIM – Engenharia
e Construção





EL SALVADOR

Proyecto: DISEÑO MÁS
CONSTRUCCIÓN DEL CRUCE
FRONTERIZO EL AMATILLO
— Departamento de la Unión
(edificaciones y tecnologías)

Cliente: FOMILENIO II







GHANA

Projeto: RECONSTRUCTION OF TARKWA-AGONA NKWANTA ROAD PROJECT (over a length of km 65)

Cliente: GHANA Highway Authority





ZÂMBIA

Projeto: CONSTRUCTION OF MUSAKASHI NORTH IRRIGATION SCHEME UNDER THE IRRIGATION DEVELOPMENT SUPPORT PROJECT (IDPS)

Cliente: MINISTRY OF AGRICULTURE, Zambia



Edição

Construções Gabriel A.S. Couto S.A.
Departamento de Marketing

Design gráfico

Give u design art

Construções Gabriel A.S. Couto S.A.

Rua de São João de Pedra Leital, n° 1000
4770-464 Requião, Apartado 84 EC V.N.Famalicão
4761-223 V. N. Famalicão
Tel: 00351 252 308 640 PPCA
Fax: 00351 252 375 871
www.gabrielcouto.pt
cgasc@gabrielcouto.pt
Alvará de Construção n° 2490



